

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(De Patrus Ananias, Nilton Tutto, João Daniel, Valmir Assunção, Marcon, Helder Salomão)

Solicita informações a Sra. Tereza Cristina, Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento, referente a Resolução nº 11 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, sejam solicitadas, informações a Sra. Tereza Cristina, Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento, informação referente a Resolução nº 11 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de COORDENADOR DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO (CDPEB), no uso das suas atribuições e tendo em vista as disposições do § 1º e do caput do art. 4º do Decreto nº 9.839, de 14 de junho de 2019, e do § 5º e do **caput** do art. 5º da Resolução nº 9, de 7 de agosto de 2019, do CDPEB, resolve:

Art. 1º Publicar as deliberações do Plenário do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, na Sétima Reunião, ocorrida em 4 de março de 2020, entre as deliberações o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ficou com algumas atribuições relacionadas abaixo:

II - para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) estabelecer, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, ambos articulados com o Governo do Estado do Maranhão e com a Prefeitura Municipal de Alcântara, arranjos produtivos compatíveis com os aspectos fisiográficos e as características demográficas e socioeconômicas das comunidades quilombolas realocadas, bem como os recursos necessários à sua implementação;

b) realizar, por meio da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, chamada pública para identificação de práticas coerentes com a vocação da agricultura e da pecuária familiares das comunidades quilombolas, bem como para orientação sobre as técnicas selecionadas para essas comunidades;

c) elaborar e custear, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, projeto de reassentamento com base no mapeamento fundiário e no cadastramento socioeconômico, dentro da área total disponível para a realocação das comunidades; e

d) indicar, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, frações do terreno compatíveis com os reassentamentos de cada comunidade

quilombola, considerando, para fins de planejamento, que a área de consolidação do Centro Espacial de Alcântara será desocupada.

Com estas atribuições que o Ministério da Agricultura terá sob sua responsabilidade, solicito as seguintes informações:

- Por que razão a Portaria de Reconhecimento da Comunidade de Alcântara ainda não foi publicada?

- O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) já realizou o cadastramento das famílias? Qual o resultado desse levantamento? Informar o número de pessoas, crianças, situação econômica, escolas?

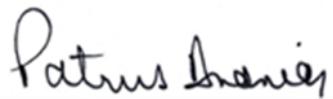
- Na resolução o Incra será responsável pelo projeto de reassentamento. O INCRA já definiu a área que estas famílias serão remanejadas? Qual o cronograma para realizar este remanejo? Houve reunião com as comunidades para apresentar esta (as) áreas? O INCRA possuiu recurso financeiro para realizar este remanejamento?

- Como será a parceira do Incra com o Governo do Estado do Maranhão e a Prefeitura Municipal de Alcântara? Haverá transferência de recursos financeiros? Qual será o objetivo dessa parceria?

- Quando será iniciada a Consulta Prévia, Consentida e Informada da Comunidade de acordo com a Convenção 169/OIT? Já foi elaborado o Plano para a consulta? Se sim, disponibilizar.

- A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), será responsável pela chamada pública para identificar práticas com a vocação da agricultura e pecuária. Qual o cronograma de publicação dessa chamada? A Agência possuiu orçamento para realizar a chamada pública e o acompanhamento técnico das famílias?

Sala das Sessões, em de março de 2020.



NILTO TATTO
Deputado Federal PT/SP

PATRUS ANANIAS
Deputado Federal PT/MG

JOÃO DANIEL

VALMIR ASSUNÇÃO

Deputado Federal PT/SE

Deputado Federal PT/BA

MARCON

Deputado Federal PT/RS

HELDER SALOMÃO

Deputado Federal PT/ES

Apresentação: 30/03/2020 17:31

RIC n.330/2020